

A ameaça ao Plano Real

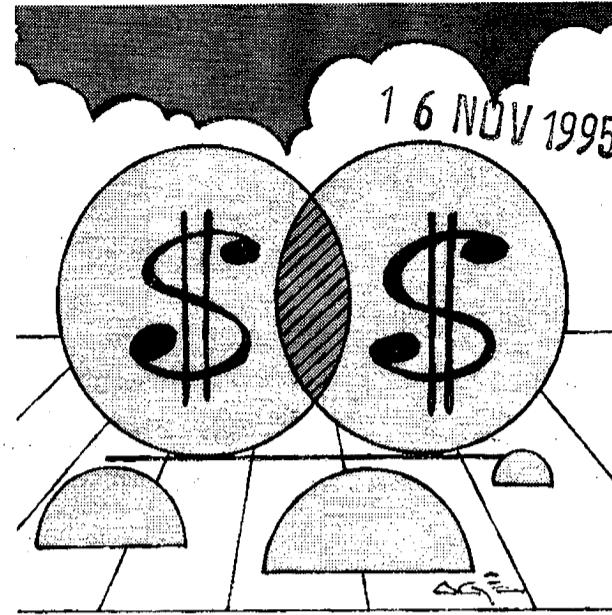
Maílson da Nóbrega teme crise bancária e elogia MP das fusões

por Maria Clara R. M. do Prado
de Londres

"Precisamos evitar uma crise venezuelana no Brasil. Esta é a maior ameaça que o Plano Real tem diante de si, a curto prazo." A frase assusta, mas seu autor, o ex-ministro da Fazenda e atual diretor vice-presidente do BMC, Maílson Ferreira da Nóbrega, está convencido de que o setor bancário brasileiro vive hoje momentos de sérias dificuldades, não apenas em decorrência da queda da inflação mas também pelos efeitos da política de arrocho monetário sobre os ativos dos bancos.

O caso do Banco Nacional – cuja transferência de controle para o Unibanco está em negociação – é citado por Maílson como um exemplo típico. "O banco foi muito ativo na concessão de crédito ao consumo no 'boom' da demanda e acabou sendo atingido pela inadimplência de seus clientes", comentou, indicando que neste campo não dá para o governo adotar uma posição tímida e confusa: "Uma crise bancária não pode se alastrar. O presidente tomou a decisão correta ao baixar a medida provisória de fortalecimento do sistema financeiro, mas o que complica no Brasil é o discurso do próprio governo, que passa para a sociedade a versão envergonhada de um programa que tem sido implementado em outros países".

Ele antevê três níveis de ajustes que fatalmente ocorrerão no setor bancário do Brasil. Primeiro, a curto prazo, vão desaparecer os bancos originários de corretoras que não têm mais como se sustentar no sistema. Depois, vão sumir os bancos criados por grandes empresas privadas do setor real da economia para funcionarem, na verdade, como um sofisticado departamento financeiro. Por último, a mais médio prazo, os bancos co-



merciais de pequeno porte deixarão de existir porque só ficará nesse ramo de atividade bancária quem tiver escala muito alta, acompanhando uma tendência que a rigor é universal.

O próprio BMC, um banco até aqui eminentemente comercial, está interessado em enveredar pela atividade de banco de investimento. Esse foi um dos motivos que trouxeram Maílson da Nóbrega a Londres, tendo sido o principal tema de uma primeira conversa que teve com representantes do Swiss Corporation Bank.

É possível que o sistema encolha para o tamanho que tinha antes de 1988, quando a nova Constituição facilitou o ingresso e ajudou a que surgisse no país a figura do banco múltiplo. Nada menos do que 73 novos bancos foram criados entre 1989 e 1990. Atualmente, o setor bancário brasileiro dispõe de 256 bancos, envolvendo 18.151 agências (contando com as 1.800 agências das caixas econômicas) espalhadas pelo País. E, sem dúvida, muita agência, quando se sabe que a maioria da população brasileira sequer tem acesso a uma simples conta corrente.

Além das agências, o setor possui ainda 11 mil postos de atendimento, sem considerar as chamadas caixas eletrônicas.

As elevadas taxas de inflação que existiam no País permitiram o inchaço do setor, acompanhado de deficiência administrativa operacional e, com o objetivo de maximizar os ganhos de correntes da desvalorização da moeda, levaram a significativos investimentos nas áreas de informática e comunicações, estimados em US\$ 3,7 bilhões entre janeiro de 1993 e junho deste ano. Ficou claro, como já era previsto, que instituições com problemas de liquidez – e, com muito mais motivos, aquelas com problemas de solvência – não conseguem sobreviver em um cenário de estabilidade. Desde 1º de julho do ano passado, quando o Plano Real foi lançado, 21 bancos sofreram intervenção, liquidação ou foram colocados sob regime de administração especial por parte do Banco Central.

Maílson da Nóbrega chama a atenção, no entanto, para o fato de que o setor não vem sofrendo apenas com o desaparecimento das

elevadas taxas de inflação. A situação agravou-se a partir das drásticas medidas de contenção à demanda que o governo viu-se obrigado a adotar desde o último trimestre do ano passado com reforço no início deste ano, buscando criar um antídoto contra eventuais efeitos que a crise mexicana poderia ter sobre o Plano Real.

"Os bancos foram afetados pelo alto nível de inadimplência provocado pela elevação das taxas de juro e pela restrição ao crédito e, ainda, pela imprudência tanto de consumidores quanto de vendedores. Havia uma sensação generalizada de riqueza, algumas lojas, por exemplo, só consultavam o Serviço de Proteção ao Crédito para cheques com valor superior a R\$ 100", lembrou. O efeito da combinação desses fatores sobre a saúde do sistema bancário é, segundo ele, muito mais sério do que se possa imaginar e levou o governo a editar a medida provisória que tanta polêmica tem causado internamente.

Maílson acha que a forte oposição que a medida provisória encontrou junto a alguns segmentos da sociedade brasileira é o resultado de um misto do preconceito que ainda existe no País contra os bancos em geral e de uma extrema deficiência que o Palácio do Planalto tem demonstrado em comunicar iniciativas do gênero ao grande público. "Não é a MP que vai promover o processo de fusões e incorporações, mas ela sem dúvida evita os traumas de uma crise bancária", considerou.

O governo brasileiro, a rigor, espelhou-se na experiência de outros países da América Latina, principalmente a Argentina, quando se decidiu por produzir medidas que facilitem a fusão e a incorporação dentro do setor bancário. O quadro no qual se baseou o Ministério da Fazenda e o Banco Central não dão margem para dúvidas quanto à gravidade do tema e pode ser assim resumido:

■ Argentina – O setor bancário argentino foi fortemente abalado com os efeitos da desconfiança que surgiu a partir da crise mexicana. Uma larga soma de depósitos evadiu-se do sistema. O socorro por parte do Banco Central argentino tornou-se limitado em razão da lei da conversibilidade que tornou fixa a paridade do peso com o dólar norte-americano. Para minimizar o processo de fechamento dos bancos, o governo criou um fundo de capitalização do setor que será financiado com a emissão de US\$ 2 bilhões em títulos do governo com prazo de três anos. O processo de fusões e incorporações incentivado já (Continua na página B-2)

Aposta em juro menor favorece venda de LTN

por Maria Christina Carvalho
de São Paulo

Os juros despencaram no mercado financeiro, depois que o Banco Central (BC) manifestou a preocupação com o vigoroso aumento do fluxo de entrada de dólares. Para as instituições financeiras, embora o BC não tenha dito nada mais do que isso, é possível que os juros caiam mais do que o anteriormente esperado para desestimular o ingresso de divisas.

Foi esse o raciocínio que causou a queda dos juros no mercado futuro (ver página

B-3) e nas operações interbancárias, beneficiando ainda o leilão do Tesouro, realizado na terça-feira.

Os 2,5 bilhões de Letras do Tesouro Nacional (LTN) foram vendidos com uma taxa "overnight" de retorno de 3,658%, apesar de os papéis terem 121 dias de prazo e data de vencimento prevista apenas para 15 de março. A remuneração corresponde a uma taxa efetiva no período de 10,51%. No leilão anterior, realizado no final de outubro, as LTN de 121 dias foram colocadas por 3,875% de taxa "overnight".

Os papéis saíram, dessa vez, 0,04 ponto abaixo do custo de carregamento calculado pelo mercado financeiro; na venda anterior, o "pedágio" pago pelos compradores havia sido menor, de 0,015 ponto. Alguns especialistas ficaram surpresos com o resultado do leilão, uma vez que o consenso de taxa antes da entrega das propostas girava ao redor de 3,66%; e que a demanda das carteiras de fundos está fraca em vista dos resgates de investimento registrados.